

Linguagem e memória ancestral: o resgate da cultura dos povos originários na formação da identidade iguaçuana

Language and ancestral memory: the rescue of the culture of native peoples in the formation of the Iguaçu identity

Janiara de Lima Medeiros ¹

Resumo: Este ensaio tem como objetivo analisar a presença indígena na formação identitária de Nova Iguaçu a partir da valorização da toponímia, da memória coletiva e da linguagem de origem tupi. A da fundamentação teórica em referenciais como Freire (1987), Henriques (2018) e Medeiros (2025), o trabalho destaca a importância da escuta sensível e do resgate de memórias comunitárias como estratégias formativas a partir da memória ancestral. O texto articula experiências de mobilização comunitária, estudos linguísticos e práticas pedagógicas em diferentes etapas da Educação Básica, propondo atividades que integram oralidade, ludicidade e pertencimento territorial. Ao final, defende-se que reconhecer a ancestralidade indígena inscrita nos nomes de bairros, rios e reservas ambientais é um ato de resistência cultural e de afirmação identitária, capaz de contribuir para a construção de uma educação crítica, antirracista e ambientalmente comprometida.

Palavras-chave: Toponímia. Memória ancestral. Linguagem. Povos indígenas. Nova Iguaçu

INTRODUÇÃO

O presente ensaio, intitulado *“Linguagem e memória ancestral: o resgate da cultura dos povos originários na formação da identidade iguaçuana”*, constitui-se como desdobramento de experiências vivenciadas em práticas comunitárias e reflexões teóricas anteriormente sistematizadas na obra *A cultura brasileira de Maxambomba* (MEDEIROS; PEREIRA, 2024b). Embora inicialmente motivada por uma investigação sobre a presença indígena no território de Nova Iguaçu, a escrita autobiográfica ganhou novo fôlego a partir da participação ativa na mobilização popular descrita em *Cidadania e ação popular: experiência de mobilização comunitária em Santa Eugênia, Nova Iguaçu* (MEDEIROS, 2025). Nesse contexto, tornou-se evidente que a ação coletiva e organizada pode promover impactos concretos na qualidade de vida de uma comunidade,

¹ Doutoranda em Educação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPGE UFF), Linha Filosofia, Estética e Sociedade (FES). Integrante dos Grupos de Pesquisa (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação (NuFiPE); Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: o Pensamento Crítico Latino-Americano e a Tradutibilidade de Antonio Gramsci (GPETED) e; Grupo de Pesquisa Educação e Cultura (GPECult), todos vinculados à Universidade Federal Fluminense (UFF). Universidade Federal Fluminense (UFF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3544078470911638>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-8610-4728> E-mail: jlmedeiros@id.uff.br

contribuindo para o fortalecimento do senso de pertencimento, da consciência cidadã e da possibilidade de transformação social (RIBEIRO, 1995).

Tal experiência, desenvolvida fora do espaço formal de ensino, evidenciou que as situações cotidianas oferecem potentes oportunidades de formação humana e social. Conhecer a própria história e origem revelou-se, para os participantes, como condição essencial para o autoconhecimento, pois permite compreender as influências que moldam identidades, trajetórias e perspectivas de futuro. Estudar o passado coletivo favorece a valorização das raízes, o aprendizado com as gerações anteriores e a construção de uma cidadania crítica e sensível às memórias locais (MEDEIROS; PEREIRA, 2024a; HALBWACHS, 2006).

Durante as ações comunitárias, observou-se que o autoconhecimento e a compreensão da identidade local emergiram como elementos estruturantes da experiência: compreender os ancestrais e suas culturas contribuiu para a formação subjetiva dos moradores, influenciando inclusive o desenvolvimento pessoal e profissional (MEDEIROS, 2022). Ressignificar vivências – muitas vezes marcadas por silenciamento ou negligência institucional – foi possível a partir da escuta, da partilha e da reconstrução narrativa, permitindo aos sujeitos atribuírem novos sentidos às suas histórias. Ao mesmo tempo, a compreensão das lutas e conquistas anteriores suscitou um novo olhar para o presente, marcado pela gratidão e pela valorização do legado coletivo (AZEVEDO, 2005; IBGE, 2020).

Essa vivência fortaleceu o desejo de aprofundar o conhecimento acerca da história local e, mais especificamente, de reconhecer e valorizar a presença dos povos originários na constituição do território iguaçuano. Assim, este trabalho propõe o resgate da cultura indígena, destacando a centralidade da linguagem e da memória ancestral na formação identitária dos moradores do bairro Santa Eugênia e, por extensão, de Nova Iguaçu (PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU, 2021).

A perspectiva teórico-metodológica adotada apoia-se na abordagem da pesquisa narrativa autobiográfica, compreendida como dispositivo epistemológico capaz de articular memória, subjetividade e contexto social (HENRIQUES, 2018; DELORY-MOMBERGER, 2008; MOTTA, 2021). Nesse sentido, a oralidade, elemento essencial das culturas indígenas e da tradição afro-brasileira, também é ressignificada como estratégia metodológica, fortalecendo o vínculo entre as práticas de escuta, de partilha e de

construção coletiva de saberes (BOSI, 1994; OLIVEIRA, 2009). A escuta pedagógica sensível, conforme Medeiros (2022), reinventa a escola como espaço de memória, resistência e reconhecimento, promovendo o diálogo entre cultura popular, ancestralidade e educação.

Ao defender que os saberes dos povos originários integrem o currículo escolar e a vida comunitária, este ensaio busca reafirmar que a presença indígena no território brasileiro é anterior à própria ideia de Brasil e permanece viva – embora muitas vezes invisibilizada – nos nomes de rios, bairros e reservas ambientais de Nova Iguaçu, como Tinguá, Iguaçu e Mirim (NAVARRO, 2013; RIBEIRO, 1997). Esses vestígios linguísticos e culturais carregam em si a força da memória ancestral e, quando trabalhados criticamente, podem se tornar instrumentos de valorização identitária, reparação histórica e transformação social. Nesse sentido, conforme incentivo recebido em conversas com o amigo Gabriel Barbosa Gomes de Oliveira², Coordenador da Restauração de Iguassú Velha – Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu (informação verbal, jul.–set. 2025), e também cúmplice de ideias do estimado Valter Uiliam (In Memoriam), que tanto sonhava com o resgate de *A cultura brasílica de Maxambomba* (MEDEIROS; PEREIRA, 2024b), torna-se ainda mais urgente resgatar e ensinar, desde a Educação Básica, a história, a memória e as palavras herdadas dos povos originários como parte constitutiva da identidade local.

1. CONTRIBUIÇÕES DA TOPONÍMIA, DA EDUCAÇÃO E DA MEMÓRIA COLETIVA NA VALORIZAÇÃO DA ANCESTRALIDADE INDÍGENA EM NOVA IGUAÇU

A presença indígena no território brasileiro antecede a própria constituição do Estado-nação e deixou marcas profundas na cultura, na linguagem e na configuração territorial do país. No entanto, apesar de sua importância histórica e cultural, os saberes e modos de vida dos povos originários foram sistematicamente silenciados pelo processo de colonização e pelo modelo eurocêntrico de educação que predominou, e ainda predomina, nas instituições escolares. Em Nova Iguaçu (RJ), esse apagamento se manifesta na ausência de referências explícitas à cultura indígena nos currículos

² PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU. *História e cultura local*. Nova Iguaçu: Secretaria Municipal de Cultura, 2021.

escolares, nos monumentos públicos e na narrativa oficial da cidade. Todavia, vestígios da ancestralidade indígena ainda resistem na toponímia local e na memória de seus habitantes, sobretudo os mais antigos.

A toponímia, isto é, o estudo da origem e significado dos nomes de lugares, constitui uma importante ferramenta de resgate da ancestralidade. Termos como Iguaçu, Tinguá, Mirim, Comendador Soares, entre outros, têm origem na língua tupi e remetem a elementos da natureza e da vida coletiva dos povos originários. Como aponta Ribeiro (1997), o tupi influenciou significativamente a formação da língua portuguesa falada no Brasil, especialmente no que se refere à denominação de acidentes geográficos, animais, plantas e territórios. Dessa forma, analisar os nomes dos bairros, rios e regiões da cidade pode contribuir para revelar a presença indígena que, embora invisibilizada, permanece inscrita na paisagem e na linguagem cotidiana.

No caso de Nova Iguaçu, a própria palavra Iguaçu tem origem tupi e significa “água grande” ou “rio grande” (y, água + gûasu, grande), revelando a conexão profunda entre os povos indígenas e os cursos d’água que atravessam o território. O bairro Tinguá, por sua vez, deriva de tinguá (ou tinguáa), que significa “nariz pontudo” ou “lugar da água clara”, e está associado à Serra do Tinguá e à Reserva Biológica ali localizada. Já Mirim significa “pequeno” em tupi, sendo comumente utilizado como sufixo ou topônimo associado a rios e córregos. Esses nomes resistem ao tempo e à urbanização, funcionando como fragmentos vivos de um passado que ainda pulsa.

A memória coletiva, segundo Halbwachs (2006), constitui-se pela partilha de lembranças socialmente construídas, transmitidas e preservadas por grupos sociais ao longo do tempo. Em contextos de invisibilização da história oficial, a memória oral desempenha papel fundamental na manutenção da identidade e no fortalecimento dos laços comunitários. No bairro de Santa Eugênia, em Nova Iguaçu, foi possível observar, por meio das escutas e interações com os moradores durante mobilizações comunitárias, que muitos jovens desconhecem a origem e a história do lugar onde vivem, enquanto os moradores mais antigos demonstram grande desejo de compartilhar suas vivências e memórias. Suas narrativas, carregadas de afetividade e pertencimento, funcionam como a oralidade griô — forma de transmissão intergeracional de conhecimento, comum em culturas afro-indígenas — que, se não for registrada, corre o risco de desaparecer.

A educação, nesse contexto, desempenha papel estratégico. Ao integrar a história local, a toponímia e os saberes ancestrais aos processos pedagógicos, é possível promover o reconhecimento e a valorização das culturas indígenas, contribuindo para a formação de uma identidade coletiva enraizada no território. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apesar de propor o respeito à diversidade cultural e étnica, ainda carece de práticas efetivas que promovam a educação antirracista e a inserção dos saberes indígenas como elementos estruturantes do currículo. Nesse sentido, o trabalho com a toponímia em sala de aula, aliado ao resgate da memória local e à escuta sensível das narrativas de vida dos moradores, pode representar uma estratégia poderosa de decolonização do conhecimento.

Como afirma Medeiros (2022), "a escuta pedagógica sensível aos territórios e às vozes silenciadas possibilita a reinvenção da escola como espaço de memória, resistência e reconhecimento." Ao reconhecer que a identidade iguaçuana é formada por camadas históricas que incluem os povos indígenas, rompe-se com a ideia de um passado homogêneo e eurocentrado, e dá-se espaço à pluralidade de memórias e culturas que moldaram a cidade.

Nesse contexto, a toponímia não é apenas um conteúdo geográfico ou linguístico, mas uma ferramenta epistemológica que permite a construção de pontes entre passado e presente, entre saberes tradicionais e práticas pedagógicas contemporâneas. Ao lado da memória coletiva e da educação crítica, o estudo dos nomes indígenas dos lugares contribui para resgatar a ancestralidade apagada, fortalecer a identidade dos sujeitos e construir uma cidadania enraizada no reconhecimento e no respeito às múltiplas heranças culturais que compõem o Brasil e, particularmente, a cidade de Nova Iguaçu.

2. A FORÇA DA MEMÓRIA E DA LÍNGUA ANCESTRAL: PALAVRAS TUPIS E IDENTIDADE IGUAÇUANA

A escuta atenta das narrativas familiares tem sido uma das principais fontes para o resgate da história não escrita de Nova Iguaçu. No âmbito deste estudo, as memórias partilhadas por meus pais e avós não só revelaram fatos do cotidiano de outras épocas, mas também permitiram acessar saberes esquecidos ou silenciados ao longo do tempo, como os significados de nomes de rios, bairros e territórios com origem indígena.

Ouvir essas histórias – como “quando só havia duas ruas no bairro”, ou “quando o córrego era ainda limpo e usado para lavar roupa” – é mais do que uma recordação nostálgica: é um gesto político e educativo. Como griôs contemporâneos, meus familiares reafirmam, pela oralidade, um território de pertencimento e identidade que não pode ser negligenciado. Esses relatos, mesmo sem registro formal, carregam a ancestralidade de um povo e de um território que se formou na intersecção entre culturas originárias, populações afrodescendentes e processos urbanos coloniais.

Ao realizar esse mergulho nas memórias e na toponímia local, compreendi que **as palavras de origem tupi ligadas ao território iguaçuano não são apenas vestígios linguísticos: são marcas vivas da ancestralidade indígena** que resiste, mesmo que muitas vezes invisibilizada. Resgatar essas palavras é, portanto, reafirmar a existência de povos que historicamente habitaram essa região antes da ocupação luso-brasileira e reafirmar suas contribuições para a formação cultural e simbólica da cidade.

A seguir, apresento algumas dessas palavras, acompanhadas de seus significados e das relações que mantêm com o território de Nova Iguaçu:

Palavra	Significado em tupi	Relação com Nova Iguaçu
Iguaçu	y + gûasu = “água grande”	Nome do município, referência ao Rio Iguaçu, essencial para a geografia, o abastecimento e a história da cidade.
Tingúá	ting + 'uá = “lama branca” ou “água branca”	Nome do distrito e da Reserva Biológica do Tingúá, uma das mais importantes áreas de preservação da Mata Atlântica fluminense.
Mirim	mirim = “pequeno”	Presente em nomes de rios da região, como o “Rio Botas-Mirim”, evidenciando aspectos geográficos herdados da tradição tupi.
Ita	ita = “pedra”	Referência comum em nomes de localidades, morros ou formações rochosas, marcando o relevo local.
Pira	pirá = “peixe”	Usada em nomes de rios ou regiões ligadas à pesca tradicional, relacionada à alimentação e modo de vida indígena.
Tupi	Tronco linguístico indígena	Termo que remete à língua ancestral e à matriz cultural presente na toponímia e nas práticas culturais da região.
Queimados	(topônimo de origem portuguesa, mas com influência indígena na região)	Município vizinho, com forte presença de comunidades afro-indígenas e toponímia marcada por nomes indígenas nos bairros e rios.

Além dos nomes oficiais, também é possível perceber a presença da ancestralidade tupi nas expressões culturais da cidade, especialmente em práticas escolares, festas tradicionais e iniciativas pedagógicas voltadas à valorização da identidade local. A própria Reserva Biológica do Tinguá, por exemplo, representa não apenas um patrimônio ambiental, mas também linguístico e cultural, repleto de nomes indígenas que remetem ao tempo anterior à colonização.

Esses dados e vivências reforçam a importância de tratar a toponímia como ferramenta educativa e identitária, sobretudo quando articulada à memória coletiva e ao processo de construção de uma consciência cidadã. Como lembra Halbwachs (2006), a memória coletiva é moldada pelo pertencimento a grupos sociais específicos, que interpretam e transmitem o passado de acordo com seus próprios referenciais. No caso iguaçuano, essa memória é fortemente marcada pela presença indígena, mesmo quando não reconhecida institucionalmente.

Assim, resgatar e valorizar as palavras de origem tupi no contexto urbano de Nova Iguaçu é uma forma de romper com a lógica de apagamento histórico, promover justiça epistemológica e fortalecer o reconhecimento das raízes indígenas como parte indissociável da identidade iguaçuana.

3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: EXPERIÊNCIAS COM A LINGUAGEM E A MEMÓRIA ANCESTRAL

A valorização da ancestralidade indígena na escola requer práticas pedagógicas sensíveis ao contexto sociocultural dos estudantes, bem como ao território em que estão inseridos. Nesta sessão, serão apresentadas propostas de atividades organizadas por etapas da Educação Básica — Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio — com base em uma abordagem que integra ludicidade, oralidade, identidade e práticas interculturais.

As experiências propostas têm como objetivo promover o reconhecimento da presença indígena no território iguaçuano, especialmente por meio da linguagem e da toponímia de origem tupi. Para isso, as atividades buscam articular conteúdos curriculares às vivências dos estudantes, por meio de estratégias que estimulem o protagonismo, a escuta e o resgate da memória local.

Do ponto de vista teórico-metodológico, as atividades se apoiam nos seguintes eixos:

- a importância do lúdico como elemento constitutivo do desenvolvimento infantil e da aprendizagem (VYGOTSKY, 1998; KISHIMOTO, 2007; MEDEIROS, 2022);
- a valorização da oralidade como instrumento de construção identitária e transmissão intergeracional de saberes (BOSI, 1994; OLIVEIRA, 2009);
- e os princípios da educação antirracista, intercultural e decolonial presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (BRASIL, 2012).

Cada proposta aqui apresentada tem o compromisso de ampliar o repertório cultural dos estudantes, fortalecendo sua identidade e incentivando o respeito à diversidade. Ao incorporar a história, a língua e os saberes dos povos originários ao cotidiano escolar, reafirma-se a escola como espaço de memória, resistência e transformação.

3.1 Práticas à Educação Infantil e Ensino Fundamental I

Tendo como justificativa metodológica a fundamentação da atividade em princípios da **educação infantil antirracista**, da **educação patrimonial** e da **pedagogia do território**. Ao abordar a presença indígena por meio da linguagem e da toponímia local, favorece-se o desenvolvimento de:

- **Identidade cultural**, por meio do reconhecimento do território e da história local;
- **Oralidade e escuta sensível**, dialogando com a tradição oral dos povos originários;
- **Expressão criativa**, com uso de arte, contação de histórias e mapeamento afetivo;
- **Cidadania desde a infância**, ao incluir o pertencimento territorial como direito simbólico.

Segundo Medeiros (2024b), “a valorização da linguagem indígena no cotidiano escolar fortalece a autoestima cultural e a consciência histórica das crianças, sobretudo em territórios marcados pelo apagamento das memórias ancestrais”. Assim, segue a sugestão de proposta Didática:

Tema: Descobrindo palavras mágicas da nossa cidade

Conto: "As Palavrinhas da Floresta Grande" ³

Era uma vez, há muito tempo, um lugar cheio de árvores, rios e animais. Esse lugar se chamava **Iguaçu**, que quer dizer "água grande" em tupi. Ali vivia uma menininha chamada **Jaci**. Ela adorava brincar perto do rio e ouvir as histórias da bisa.

Um dia, a bisa contou:

— Jaci, você sabia que muitas palavras da nossa cidade vieram do povo tupi?

— Sério, bisa?

— Sim! Quer ver só?

Ela apontou para o mapa e disse:

Tinguá quer dizer água branca.

Ita é pedra.

Pira é peixe.

Mirim é algo pequenininho.

Jaci abriu os olhos bem grandes e disse:

— Então... a nossa cidade fala a língua dos povos antigos?

— Isso mesmo, minha flor! E cada palavra guarda uma história.

No fim do dia, Jaci desenhou o rio e escreveu com ajuda da bisa: "Cada palavra é uma sementinha da nossa história."

Objetivos:

- Valorizar as palavras de origem tupi presentes no território de Nova Iguaçu;
- Estimular a escuta, a oralidade e a expressão artística;
- Desenvolver a identidade local e o respeito pelas culturas originárias.

Etapas da Atividade:

1. Contação do conto *As Palavrinhas da Floresta Grande* (MEDEIROS, 2025d)

Organização: roda no tapete ou em espaço arborizado da escola;

Recursos: mapa de Nova Iguaçu com ícones dos bairros, rios e pontos conhecidos.

Mediação: leitura expressiva do conto, destacando as palavras em tupi.

2. Exploração sensorial das palavras

Cada palavra do conto será apresentada junto de um recurso concreto:

Ita (pedra): mostrar uma pedra;

³ MEDEIROS, Janiara de Lima. **As palavrinhas da floresta grande**. *Barbante: Revista Literária*, São Paulo, v. XIII, n. 112, p. 28, 31 ago. 2025d. ISSN 2238-1414. Disponível em: <https://revistabarbante.com.br/wp-content/uploads/2025/08/completabarbante31082025.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

Pira (peixe): usar peixes de brinquedo ou figuras;

Mirim (pequeno): objetos pequenos como folhas ou sementes;

Iguaçu (água grande): som de rio ou recipiente com água.

As crianças repetem as palavras e associam aos objetos, estimulando a memória sonora e visual.

3. Atividade artística coletiva

Produção: pintura em cartaz com o título: *As palavrinhas do nosso lugar*;

Expressão: as crianças colam, desenham ou pintam elementos ligados a cada palavra (água, peixe, pedra, rio etc.);

Integração: professor(a) pode escrever as palavras em tupi junto às imagens.

4. Criação de um mapa afetivo

Material: cartolina, canetões, revistas para recorte;

Produção coletiva: montar o *Mapa do bairro da nossa escola*;

Etapas:

- marcar lugares conhecidos pelas crianças;
- identificar (ou inventar) nomes indígenas possíveis;
- escrever juntos palavras em tupi já aprendidas;
- se viável, realizar um pequeno passeio pelos arredores para observar nomes de ruas e pontos ligados à cultura indígena (ex.: Iguaçu, Tinguá, Mirim).

Encerramento:

- Socialização das produções (cartaz e mapa afetivo).
- Conversa final: “O que aprendemos com as palavrinhas do nosso lugar?”
- Registro no mural da escola da frase final do conto: “Cada palavra é uma sementinha da nossa história.”

Avaliação:

No Ensino Fundamental I, especialmente em propostas de valorização cultural e identidade local, a avaliação pode ser formativa, qualitativa e processual. Ou seja, mais

importante do que medir desempenho é observar participação, envolvimento, expressão criativa e compreensão do sentido cultural das palavras.

É importante refletir acerca da avaliação a fim de direcioná-la não com a intenção de atribuir “nota”, mas sim que o(a) professor(a) possa acompanhar o processo de aprendizagem e registrar evidências (falas, produções artísticas, comentários espontâneos). Assim, a avaliação pode ser feita em forma de portfólio de atividades ou anotações em diário de bordo do professor. Assim, as formas de avaliação sugeridas são, por exemplo:

- **Observação da participação:** notar se as crianças se envolvem na contação da história, repetem as palavras e interagem com os objetos.
- **Expressão oral e artística:** verificar se conseguem relacionar as palavras (Ita, Pira, Mirim, Iguaçu, Tinguá) com os elementos apresentados.
- **Trabalho coletivo:** analisar a colaboração no cartaz e no mapa afetivo, valorizando atitudes de respeito, escuta e cooperação.
- **Construção de sentidos:** perceber se as crianças conseguem compreender que as palavras em tupi fazem parte da história e da identidade da cidade.

Do exposto, uma forma de registro avaliativo pode ser, por exemplo: "As crianças participaram da contação do conto, interagiram com as palavras em tupi, demonstraram curiosidade em relação à origem dos nomes e contribuíram criativamente na produção coletiva. O grupo mostrou sensibilidade em reconhecer a importância da cultura indígena para a identidade de Nova Iguaçu."

3.2 Práticas à Educação Infantil e Ensino Fundamental II

A atividade proposta tem como objetivo despertar nas crianças da Educação Infantil o interesse pela diversidade linguística e cultural brasileira, por meio da valorização das palavras de origem tupi presentes no cotidiano e na toponímia local. Conforme aponta Medeiros (2025), *"conhecer a própria história e origem é fundamental para o autoconhecimento, pois permite compreender as influências que moldam a identidade, o presente e o futuro"*. Ao possibilitar o contato com a língua tupi de forma lúdica e afetiva, a atividade contribui para a formação de sujeitos mais conscientes de suas raízes culturais.

O uso da fábula e de práticas como dramatização, jogos e pintura dialoga com a perspectiva de Vygotsky (1991), segundo a qual o lúdico é uma das formas mais potentes de desenvolvimento da linguagem, do pensamento simbólico e da mediação cultural na infância. De modo semelhante, Kishimoto (2008) defende que o brincar não é apenas uma atividade recreativa, mas uma forma de aprender e construir sentidos sobre o mundo.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) orienta que a Educação Infantil deve garantir experiências que promovam a escuta sensível, a expressão e a valorização da diversidade cultural e linguística, respeitando os direitos de aprendizagem e o protagonismo infantil. Ao inserir a língua tupi no cotidiano escolar, a proposta contribui com a educação antirracista, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004), além de reconhecer os saberes indígenas como constitutivos da identidade brasileira.

Nesse contexto, a arte, a música e o jogo tornam-se linguagens fundamentais para a construção de uma educação estética, ética e intercultural, na qual a criança não apenas aprende conteúdos, mas também se vê como parte de uma história que começou antes mesmo do Brasil ser Brasil.

Tema: Aprendendo com a fábula *A Formiguinha e o Peixinho Pira*.

Objetivo: Aproximar as crianças da língua tupi por meio da ludicidade e da oralidade.

Etapas da Atividade:

1. Leitura dramatizada da fábula (MEDEIROS, 2025e)

- Uso de fantoches ou dedoches para representar a formiguinha e o Peixinho Pira;
- Estímulo à participação das crianças com falas simples e gestos.

Fábula: A Formiguinha e o Peixinho Pira ⁴

Num rio pequeno chamado Mirim, vivia um peixinho chamado Pira. Ele nadava feliz, cantando:

"Sou Pira, sou veloz, no rio que é só pra nós!"

Na beira do rio, a Formiguinha Ita, que adorava carregar pedrinhas, ouviu a canção e disse:

— Pira, você sabe que esse rio se chama Mirim? Significa pequeno, em língua tupi!

— Uau! E seu nome, Ita, é tupi também?

⁴ MEDEIROS, Janiara de Lima. **A formiguinha e o peixe Pira**. *Barbante: Revista Literária*, São Paulo, v. XIII, n. 112, p. 29, 31 ago. 2025e. ISSN 2238-1414. Disponível em: <https://revistabarbante.com.br/wp-content/uploads/2025/08/completabarbante31082025.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

— Sim! Quer dizer pedra! Eu sou forte como uma pedra.
Juntos, eles brincavam, nadavam, carregavam folhas, e aprendiam palavras da natureza em tupi.
Moral da fábula: "As palavras indígenas estão em todo lugar. Quando a gente conhece suas raízes, cuida melhor da terra."

2. Jogo da memória indígena

- Confecção de cartas ilustradas com imagens (peixe, pedra, água, folha);
- Correspondência com as palavras em tupi: *pira* (peixe), *ita* (pedra), *y* (água), *oba* (folha).
- Estímulo à memória visual e à associação entre palavra e objeto.

3. Música com batidas do corpo

- Criação coletiva de uma pequena canção com as palavras novas aprendidas em tupi;
- Uso de palmas, estalos e batidas no corpo como instrumentos rítmicos.

4. Arte indígena

- Pintura em folhas de papel ou folhas secas utilizando terra, água, pigmentos naturais e pincéis improvisados;
- Inserção de símbolos ligados à fábula (peixes, pedras, rios, árvores).

Encerramento:

- Socialização das produções (jogo, música e pinturas);
- Conversa coletiva: "*O que aprendemos com as palavrinhas do Peixinho Pira?*";
- Registro em mural da frase final da fábula: "A vida fica maior quando a gente aprende a partilhar."

Avaliação:

A avaliação será **formativa, qualitativa e processual**, priorizando o acompanhamento do desenvolvimento da criança. O professor deverá observar e registrar:

- **Participação** nas dramatizações, jogos e músicas;
- **Oralidade**: interesse em repetir e memorizar as palavras em tupi;

- **Expressão artística:** envolvimento nas pinturas e representações simbólicas;
- **Construção de sentidos:** capacidade de relacionar a fábula com valores como solidariedade, coletividade e pertencimento cultural.

Um exemplo de registro avaliativo sugerido é “As crianças participaram ativamente da dramatização e dos jogos, interagiram com as palavras em tupi e demonstraram curiosidade em relação à cultura indígena. O grupo mostrou criatividade nas pinturas e sensibilidade ao reconhecer valores como solidariedade e partilha, conforme ensinados pela fábula *A Formiguinha e o Peixinho Pira*.”

3.3 Práticas para o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA:

A proposta da atividade didática intitulada “*As Palavras da Terra Grande*”⁵ fundamenta-se na **abordagem histórico-cultural da educação**, com base na **perspectiva freiriana** e nos pressupostos da **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** enquanto prática **libertadora e contextualizada**.

Trabalhar com narrativas e com a toponímia indígena no contexto do Ensino Médio e da EJA visa:

- **Promover a alfabetização identitária e territorial**, valorizando os saberes prévios dos educandos e fortalecendo o pertencimento à sua comunidade;
- **Reconhecer a oralidade como forma legítima de conhecimento**, em sintonia com as culturas indígenas e afro-brasileiras que integram o território iguaçuano;
- **Resgatar memórias e trajetórias de vida dos estudantes**, favorecendo a construção do conhecimento a partir da escuta e da partilha;
- **Ampliar o vocabulário, a leitura e a produção textual**, partindo de uma narrativa original que desperta a curiosidade e a sensibilidade dos participantes;

⁵ MEDEIROS, Janiara de Lima. **As palavras da Terra Grande**. *Barbante: Revista Literária*, São Paulo, v. XIII, n. 112, p. 85, 31 ago. 2025f. ISSN 2238-1414. Disponível em: <https://revistabarbante.com.br/wp-content/uploads/2025/08/completabarbante31082025.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

- **Articular história local, linguagem e meio ambiente**, fortalecendo a educação cidadã e crítica para sujeitos historicamente silenciados.

Segundo Freire (1987), é preciso alfabetizar “com a leitura do mundo”, e essa leitura passa pelo reconhecimento dos territórios e das palavras que os nomeiam. O conto criado para esta atividade mobiliza os educandos a refletirem sobre a origem indígena dos nomes de lugares que compõem o seu cotidiano, conectando **linguagem, memória e ancestralidade**.

Além disso, a proposta atende aos princípios da **Educação Ambiental Crítica** e da **Educação Antirracista**, ao destacar saberes indígenas como parte da construção da identidade cultural de Nova Iguaçu.

Tema: Descobrindo a origem dos nomes da cidade

Objetivos: pode-se afirmar que os objetivos das atividades propostas são similares, embora com adequações à faixa etária e ao conhecimento de mundo dos estudantes em cada etapa. Portanto, nesta proposta didática sugerida, vamos discorrer um pouco mais acerca destes objetivos, como:

- **Promover a leitura do mundo a partir do território local**, conforme a perspectiva freireana, incentivando os estudantes a reconhecerem a presença da língua e da cultura indígena nos nomes de bairros, rios e lugares de Nova Iguaçu.
- **Valorizar a memória ancestral e os saberes indígenas** como parte constitutiva da identidade cultural da cidade, estimulando o respeito à diversidade e a consciência histórica.
- **Articular linguagem, memória e território** por meio da exploração de palavras de origem tupi, fortalecendo o vínculo dos educandos com sua comunidade e com a natureza.
- **Desenvolver competências de expressão oral e escrita**, a partir da leitura do conto, da roda de conversa e da produção coletiva (mural e/ou dicionário tupi-iguaçuano).
- **Incentivar práticas de pesquisa e investigação intergeracional**, por meio da escuta de familiares e vizinhos mais antigos, resgatando narrativas e histórias ligadas ao território.

- **Contribuir para a formação crítica e cidadã** ao integrar princípios da Educação Ambiental Crítica e da Educação Antirracista, possibilitando aos estudantes refletirem sobre a importância da preservação cultural e ambiental.

Conto: *As Palavras da Terra Grande*

Em tempos antigos, quando a cidade de Nova Iguaçu ainda era apenas floresta, rios e montanhas, os povos que ali viviam falavam a língua tupi. Era uma língua que nascia da terra, das águas e do vento.

Certo dia, um jovem curioso chamado Aruã perguntou ao avô:

— Vovô, por que nossa cidade se chama Iguaçu?

— Porque “Iguaçu”, meu neto, vem do tupi: “y” quer dizer água, e “gûasu” quer dizer grande. Nossa terra é a Terra da Água Grande, pois aqui corre o rio que tudo alimenta.

Aruã aprendeu outras palavras também:

Tinguá era a “água branca” do mato;

Ita era pedra;

Pira era peixe;

Mirim era algo pequeno, como um riozinho.

Ele descobriu que essas palavras vivem nos nomes dos bairros, dos rios, dos lugares... vivem na gente.

No fim do dia, Aruã escreveu num papel:

“Aprender as palavras do tupi é conversar com a natureza e com quem veio antes de nós.”

Etapas da Atividade Didática

1. Leitura compartilhada do conto

- Leitura em voz alta pelo professor ou por estudantes voluntários;
- Ênfase nas palavras em tupi e nos significados apresentados.

2. Roda de conversa - Perguntas disparadoras:

- Você conhece algum bairro ou rio com nome indígena?
- Que histórias ou lembranças você associa a esse lugar?
- Incentivar a troca de experiências pessoais e memórias comunitárias.

3. Exploração de palavras

- Relacionar as palavras do conto (*y, pira, ita, mirim, tinguá*) com nomes de bairros e rios de Nova Iguaçu;
- Ampliar a discussão para refletir sobre como esses nomes carregam sentidos de resistência e memória ancestral.

4. Criação de um mural coletivo

- Cada estudante escreve ou desenha o nome de um lugar com origem tupi e o que ele significa para si;
- O mural pode ser exposto no corredor da escola ou transformado em material digital compartilhado com a comunidade.

Complementação opcional (enriquecimento da proposta)

5. Entrevista intergeracional - Solicitar que os estudantes conversem com familiares ou vizinhos mais antigos e perguntem:

- “Você sabe por que o nosso bairro tem esse nome?”
- “Já ouviu alguma história sobre os rios, matas ou caminhos antigos dessa região?”
- Trazer relatos orais para a sala, ampliando o trabalho com memória e pesquisa de campo.

6. Produção coletiva de um “Dicionário Tupi-Iguaçuano”

- Reunir, ao longo das aulas, as palavras aprendidas (como *y*, *pira*, *mirim*, *tinguá* etc.);
- Registrar significados e associações com o território local;
- Imprimir ou digitalizar um pequeno dicionário para circulação na escola ou comunidade.

Encerramento:

- Socialização do mural e dos relatos trazidos pelos estudantes;
- Leitura coletiva da frase final do conto de Aruã: “Aprender as palavras do tupi é conversar com a natureza e com quem veio antes de nós.”

Avaliação:

A avaliação será **formativa, qualitativa e processual**, considerando os seguintes aspectos:

- **Participação:** envolvimento na roda de conversa e nas atividades coletivas;

- **Valorização das memórias e saberes prévios:** contribuição com relatos pessoais ou comunitários;
- **Expressão escrita e oral:** clareza e criatividade na produção do mural e/ou do dicionário coletivo;
- **Construção crítica:** capacidade de relacionar os nomes indígenas ao território e à identidade cultural.

Neste caso, uma forma de registro avaliativo pode ser em torno de “Os estudantes participaram da leitura do conto, compartilharam memórias ligadas a bairros e rios de Nova Iguaçu e contribuíram criativamente na construção do mural. Demonstraram sensibilidade ao reconhecer a presença indígena na formação do território e engajamento em valorizar a língua tupi como parte de sua identidade cultural.”

3.4 Quadro Comparativo – Práticas Didáticas com Narrativas e Toponímia Indígena

O quadro a seguir deixa claro como esta proposta pedagógica sugerida — narrativas + toponímia + ludicidade + memória cultural — pode ser aplicada de maneira diferenciada conforme a faixa etária e os objetivos formativos:

Etapa	Justificativa Teórico-Metodológica	Tema / Narrativa	Objetivos	Atividades Principais	Encerramento	Avaliação
Educação Infantil e Fundamental I (3.1)	Fundamentação na educação infantil antirracista, educação patrimonial e pedagogia do território . Enfoque na oralidade, escuta sensível e pertencimento cultural.	<i>As Palavrinhas da Floresta Grande</i>	- Valorizar palavras de origem tupi em Nova Iguaçu; - Estimular oralidade e expressão artística; - Desenvolver identidade local.	1. Contação do conto em roda; 2. Exploração sensorial das palavras (<i>ita, pira, mirim, iguaçu</i>); 3. Pintura coletiva “As palavrinhas do nosso lugar”; 4. Criação de mapa afetivo do bairro/escola.	Socialização do cartaz e do mapa; Conversa: “ <i>O que aprendemos com as palavrinhas do nosso lugar?</i> ”; Registro no mural da frase final do conto.	Avaliação formativa: observação da participação, oralidade, trabalho coletivo e compreensão da identidade cultural.

Etapa	Justificativa Teórico- Metodológica	Tema / Narrativa	Objetivos	Atividades Principais	Encerramento	Avaliação
	(Medeiros, 2024b).					
Educação Infantil e Fundamental II (3.2)	Fundamentação na educação antirracista , na pedagogia do território e no lúdico como mediação cultural (Vygotsky, 1991; Kishimoto, 2008). BNCC (2017) e DCN-ERER (2004).	<i>A Formiguinha e o Peixinho Pira</i>	- Aproximar crianças da língua tupi de forma lúdica; - Estimular cooperação, solidariedade e criatividade; - Valorizar culturas originárias.	1. Leitura dramatizada com fantoches/dedoches; 2. Jogo da memória indígena (<i>pira, ita, y, oba</i>); 3. Música com batidas corporais; 4. Arte indígena com pigmentos naturais.	Socialização dos jogos, músicas e pinturas; Conversa: “ <i>O que aprendemos com as palavrinhas do Peixinho Pira?</i> ”; Registro coletivo no mural.	Avaliação processual : interesse em repetir palavras em tupi, expressão artística, envolvimento no jogo e construção de sentidos (solidariedade e pertencimento cultural).
Ensino Médio e EJA (3.3)	Fundamentação na abordagem histórico-cultural , na perspectiva freiriana e nos pressupostos da EJA como prática libertadora (Freire, 1987). Articula educação ambiental crítica e educação antirracista.	<i>As Palavras da Terra Grande</i>	- Promover alfabetização e identidade territorial; - Reconhecer oralidade como forma de conhecimento; - Resgatar memórias e trajetórias; - Ampliar leitura, escrita e reflexão crítica.	1. Leitura compartilhada do conto; 2. Roda de conversa sobre bairros e rios com nomes indígenas; 3. Exploração das palavras (<i>y, pira, ita, mirim, tinguá</i>); 4. Criação de mural coletivo. Complemento opcional: entrevistas intergeracionais e criação de um “Dicionário Tupi-Iguaçuano”.	Socialização do mural e relatos; Leitura coletiva da frase final do conto: “ <i>Aprender as palavras do tupi é conversar com a natureza e com quem veio antes de nós.</i> ”	Avaliação qualitativa e crítica : engajamento nas conversas, valorização de memórias, produções coletivas e capacidade de relacionar nomes indígenas ao território e identidade cultural.

4. NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS E O PERTENCIMENTO AO TERRITÓRIO

Esta quarta sessão é um ensaio que visa ser aprofundado com interesse de estabelecer uma ponte entre as práticas pedagógicas apresentadas anteriormente e a dimensão das narrativas autobiográficas como recurso formativo e identitário. A intenção é incentivar a comunidade escolar e local a cultivar a curiosidade sobre a sua própria terra, suas origens e as histórias que atravessam gerações (LARROSA, 2002).

Nesse sentido, propõe-se que os educandos sejam convidados a ouvir e registrar relatos de familiares, vizinhos e moradores mais antigos, valorizando a memória viva como fonte legítima de conhecimento. Tais narrativas não apenas revelam significados atribuídos aos nomes de bairros, rios e caminhos, mas também permitem compreender como esses lugares foram experienciados, sentidos e ressignificados ao longo do tempo (DELORY-MOMBERGER, 2008).

Ao articular a escuta sensível das histórias pessoais com os significados das palavras tupis já trabalhadas nas práticas didáticas – como *ita* (pedra), *pira* (peixe), *y* (água), *mirim* (pequeno) e *tinguá* (água branca) – cria-se um espaço para que a identidade local seja reconstruída a partir da memória social e das práticas culturais (MEDEIROS; PEREIRA, 2024; MEDEIROS, 2025d; MEDEIROS, 2025e; MEDEIROS, 2025f). Nesse processo, cada estudante também se reconhece como sujeito de uma história maior, borrando fronteiras entre o individual e o coletivo, entre o passado e o presente.

Assim, esta sessão apresenta uma inquietação de como a pesquisa em educação não se limita a catalogar palavras ou a propor atividades didáticas, mas também envolve acolher a voz daqueles que viveram e vivem o território. Ao estimular a busca por narrativas autobiográficas, fortalece-se a ideia de que conhecer e recontar histórias é um ato de resistência cultural e de valorização da ancestralidade indígena no município de Nova Iguaçu (MEDEIROS, 2022; BRASIL, 2004; BRASIL, 2017).

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Murilo. **Toponímia indígena no Brasil**. Brasília: FUNAI, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: MEC, 2004.

DELORY-MOMBERGER, Christine. A construção de si pela escrita. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 109-124, jul./dez. 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HENRIQUES, Eda Maria de Oliveira. Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica. In: **Congresso Internacional De Pesquisa (Auto)biográfica**, 8., 2018, São Paulo. *Anais...* São Paulo: UNICID, 2018. ISSN 2178-0676.

IBGE. **Toponímia brasileira de origem indígena**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 5 set. 2025.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 299-312, 2008.

LARROSA, Jorge. Experiência e saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, 2002.

MEDEIROS, Janiara de Lima. **Território, palavra e escuta pedagógica: por uma escola decolonial**. Nova Iguaçu: Autoral, 2022.

MEDEIROS, Janiara de Lima. **Leitura e escrita na educação infantil: formação de professoras e práticas pedagógicas no Município de Nova Iguaçu (RJ)**. Prefácio. Natal/RN, 2025c. p. 3. Disponível em: <https://revistabarbante.com.br/wp-content/uploads/2025/05/dossiebarbante04052025.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MEDEIROS, Janiara de Lima. **As palavrinhas da floresta grande**. Barbante: Revista Literária, São Paulo, v. XIII, n. 112, p. 28, 31 ago. 2025d. ISSN 2238-1414. Disponível em: <https://revistabarbante.com.br/wp-content/uploads/2025/08/completabarbante31082025.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

MEDEIROS, Janiara de Lima. **A formiguinha e o peixe Pira**. Barbante: Revista Literária, São Paulo, v. XIII, n. 112, p. 29, 31 ago. 2025e. ISSN 2238-1414. Disponível em: <https://revistabarbante.com.br/wp-content/uploads/2025/08/completabarbante31082025.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025

MEDEIROS, Janiara de Lima. **As palavras da Terra Grande**. Barbante: *Revista Literária*, São Paulo, v. XIII, n. 112, p. 85, 31 ago. 2025f. ISSN 2238-1414. Disponível em: <https://revistabarbante.com.br/wp-content/uploads/2025/08/completabarbante31082025.pdf>. Acesso em: 5 set. 2025.

MEDEIROS, Janiara de Lima. Capítulo 3: Cidadania e ação popular: experiência de mobilização comunitária em Santa Eugênia, Nova Iguaçu. In: ASSUNÇÃO, Barbara Aline Ferreira; SOUZA, Lívia Barbosa Pacheco (org.). **Administração pública: gestão estratégica, política e democracia**. Aluz Livros de Fluxo Contínuo. [S.l.]: Repositório Acadêmico – Editora Acadêmica Aluz, 2025. v. 1, p. 22–44. DOI: 10.51473/wp6z6319. Disponível em: <https://ebooks.editoraaluz.com.br/edu/catalog/book/8/chapter/43>. Acesso em: 8 set. 2025.

MEDEIROS, Janiara de Lima; PEREIRA, Valter Uiliam. A cultura brasílica de Maxambomba. In: **Panorama Científico: estudos e pesquisas**, Natal/RN, 2024a. v. 1, p. 84-88. Natal/RN: Amplamente, 2024a. DOI: 10.47538/AC-2024.17-R21. Disponível em: https://www.amplamentecursos.com/_files/ugd/b9c3ab_d9d9553916a048f9a185396d25462cad.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

MEDEIROS, Janiara de Lima; PEREIRA, Valter Uiliam. The Brazilian Culture of Maxambomba. In: **Without Borders International Research**. Natal/RN: Amplamente, 2024b. v. 1, p. 59-63. DOI: 10.47538/AC-2024.18-R15. Disponível em: https://www.amplamentecursos.com/_files/ugd/b9c3ab_d71c07c190d1417081ebf742bf993dab.pdf. Acesso em: 27 ago. 2025.

MEDEIROS, Janiara de Lima; PEREIRA, Vanessa Ferreira. A cultura brasílica de Maxambomba: toponímia, identidade e ancestralidade em Nova Iguaçu. In: **Anais do II Encontro Fluminense de Professores Indígenas e Afrodescendentes**. Nova Iguaçu, 2024.

MEDEIROS, Janiara de Lima. Educação e território: escuta pedagógica, memória e identidade em Santa Eugênia (Nova Iguaçu – RJ). **Caderno de Práticas Docentes**, v. 5, n. 2, p. 88–105, 2022.

MOTTA, Thais da Costa. Pesquisa formação: uma opção teórico-metodológica de abordagem narrativa (auto)biográfica. **Revista Artes de Dizerfazer**, 2021.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Narrativas e saberes da experiência**: formação de professores e cotidiano escolar. Petrópolis: Vozes, 2009.

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU. **História e cultura local**. Nova Iguaçu: Secretaria Municipal de Cultura, 2021. Diálogos com Gabriel Barbosa Gomes de Oliveira, Coordenador da Restauração de Iguassú Velha - Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu (RJ).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Eduardo. **Tupi ou não tupi**: estudos de etnolinguística tupi-guarani. São Paulo: UNESP, 1997.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.